

ISSN 0101 708X

GBOLETIM GOIANO *de* Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 23 - Nº 2 - JUL./ DEZ. 2003

Artigos

PATRIMÓNIO E (RE)DESCOBERTA DOS TERRITÓRIOS RURAIS*

*Paulo Carvalho***

Resumo

A temática do desenvolvimento rural ganhou ampla visibilidade na última década, quer no âmbito da concepção de um novo quadro de referência, quer na óptica da participação efectiva e inovadora dos actores. Os espaços rurais do mundo ocidental, com as suas fragilidades e respectivas propriedades difusas, deixaram de ser exclusivamente sentidos e olhados sob a óptica das suas potencialidades produtivas para, num contexto diferente, ganhar complexidade, diversidade funcional e sustentabilidade. Ao mesmo tempo, afirmou-se a importância crescente da imagem e identidade dos territórios rurais, bem como o valor estratégico da sua gestão e ordenamento. O património é hoje reconhecido como elemento estruturante da memória, imagem e identidade territorial e como um dos recursos essenciais para a afirmação dos valores culturais e ambientais no quadro renovado das teorias de desenvolvimento territorial – mormente as teses territorialistas, as que melhor respondem às maiores exigências sociais e de cidadania participativa. Trata-se de uma temática estratégica para a sustentabilidade e o desenvolvimento dos territórios e das populações. Nesse contexto de mudança, enquadra-se o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, retratado nesta comunicação através do exemplo da “montanha” do Centro de Portugal.

Unitermos: Património/ Desenvolvimento rural/ Iniciativas locais.

Rural(idade) e desenvolvimento territorial no alvor do novo milénio: traços de uma geografia em mudança

Reflectir sobre os caminhos do desenvolvimento que hoje se abrem num contexto social mais heterogéneo e complexo, mais imprevisível e, porventura, mais exigente na busca de respostas criativas diante dos novos desafios é, ao

* Este texto traduz a comunicação apresentada no âmbito do *II International Congress The New Village (The Future of Rural Areas)*, evento que decorreu na Universidade de Cantábria (Santander, Espanha) de 26 a 28 de Setembro de 2002.

** Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. 3000-447 Coimbra (Portugal). ohmega@clix.pt.

mesmo tempo, questionar os modos de organizar os territórios e usufruir deles, e de intervir sobre esses espaços geográficos de vida quotidiana.

Na Europa, logo após a Segunda Guerra Mundial, tiveram o seu apogeu as teses difusionistas de desenvolvimento, uma crença em determinados princípios que supostamente seriam a garantia da felicidade, do progresso e do bem-estar das populações. Foi o mito do crescimento económico – confundido com o desenvolvimento, aqui interpretado sem a necessária abrangência, pelo menos à luz dos critérios actuais – e a fé inabalável na razão dos avanços tecnológicos. Nesse contexto, com facilidade se atribuíam os epítetos redutores de “centros” e “periferias”, sendo os primeiros os dignos depositários do progresso que a partir deles se difundiria para as periferias. Estas, consideradas, por isso mesmo, mais atrasadas, em termos de uma imaginária, eram, entretanto, ao mesmo tempo palpáveis e orientadoras de políticas, linha unívoca de desenvolvimento. Ser desenvolvido implicava, portanto, seguir os modelos predefinidos pelos centros urbano-industriais (Perroux, 1950), que seriam assim os motores de arrastamento dos (ditos) territórios menos dinâmicos. Esse processo traduziu-se numa linha de progressão descendente, pouco compartilhada, burocratizada e acrítica, no sentido de que não poderia ser questionada, até por não implicar em si um verdadeiro esquema de avaliação de processos. A consequência lógica seria a uniformização de processos, a produção massificada (fordismo), a perda da diversidade. Essa filosofia de desenvolvimento acabou por ter repercussões directas no modo de entender e organizar os territórios. Se o conceito de desenvolvimento se resume a abranger o desenvolvimento urbano e industrial, num sistema competitivo, racional, selectivo e hierarquizante, os territórios menos adaptados a essa realidade acabam por sucumbir, definhar e perder poder e relevância económica, e consequentemente o protagonismo político. A esses territórios estava, assim, reservado um sentimento de caridade, de assistencialismo aos mais carentes, uma prática coberta pelos sistemas de *welfare state* característicos da Europa pós-Segunda Guerra Mundial (Carvalho & Fernandes, 2001).

Interessava produzir muito e a custos mais baixos, o que não estava ao alcance de todos. O capital, ao mesmo tempo que se internacionalizava, ia, desse modo, circular à procura de mais-valias competitivas, num contexto de forte segregação a coberto da divisão internacional do trabalho: as mais-valias

e os maiores valores acrescentados concentram-se nos territórios e nos protagonistas mais poderosos; as actividades de menor nobreza circulam e “ateram” em territórios e nas mãos dos que menos possibilidades têm para fazer uma opção. Trata-se de um quadro funcionalista e redutor das reais capacidades intrínsecas de cada um. Em consequência dessa tese, chegou-se mesmo a negligenciar o verdadeiro desenvolvimento territorial. Interessava mais o desenvolvimento das pessoas que o dos lugares. Esse conceito e essa visão acabariam por enquadrar e estimular a mobilidade espacial das populações, ou seja, a concentração dos investimentos passou a arrastar a concentração das populações. O êxodo rural e os processos de despovoamento verificados na Europa e, mais recentemente, em Portugal, comprovam os efeitos territoriais dessa visão.

Com efeito, as políticas produtivistas deixaram as suas marcas no Portugal rural contemporâneo, sobretudo nas áreas mais isoladas, mais marcadas por constrangimentos físicos e mais remotas. Os ciclos emigratórios brasileiro e europeu, no final do século XIX e em meados do século XX, respectivamente, servem de contexto e, ao mesmo tempo, de testemunho para essa realidade. Em primeira análise, a razão desse êxodo, no caso português, se deve à histórica posição semiperiférica de Portugal em relação aos territórios que desde a Revolução Industrial tomaram a vanguarda do crescimento económico. A essa posição relativa correspondeu uma crónica dependência do exterior. As populações portuguesas entraram então nas suas transições demográfica e epistemológica. A curva da demografia não foi, no entanto, acompanhada pela curva da economia. A esse desnível respondeu a população com a mobilidade espacial – em direcção ao exterior, mas também em direcção ao litoral, sobretudo para as principais áreas metropolitanas, em especial para Lisboa, que assim cada vez mais se foi assumindo como o centro geoeconómico e político de Portugal. O interior despovoou-se, para o que contribuíram políticas como a Campanha do Trigo e a Florestação Estatal dos Baldios (serranos), assim como o fracasso dos processos da Junta de Colonização Interna, aliado ao fracasso dos pólos de desenvolvimento preconizados pelos Planos de Fomento e à ausência clara de uma política de desenvolvimento rural. As teses ruralistas do Estado Novo limitaram-se muitas vezes a realçar o bucolismo saudoso e tradicional dos modos simples de viver de uma população submissa e pouco instruída.

A maior parte dos concelhos rurais portugueses, num Portugal de distâncias relativas ainda muito grandes e concentrado no litoral, viu a sua população diminuir e envelhecer, perdendo assim vantagem no que respeita à localização de recursos humanos. A ausência de funcionalidade e o abandono deixaram marcas profundas na paisagem rural portuguesa. Assim, perdeu-se uma parte importante da identidade portuguesa e degradou-se uma parte do património: as florestas, os “montes alentejanos”, as aldeias serranas do Portugal setentrional e central. Entretanto, a Política Agrícola Comum (PAC) e a entrada de Portugal na União Europeia (1986) também deixaram alguns traços, pois em termos agrícolas têm dominado políticas de ganhos a curto prazo. Firmino (1999, p. 87) acentua que

a PAC e a disponibilidade de fundos levou ao aumento dos investimentos embora em projectos desenquadrados da realidade portuguesa e segregadores dos pequenos agricultores, os mais prejudicados (que são a maioria), o que tem levado ao despovoamento e a um cada vez maior desequilíbrio do sistema de povoamento.

Mas as sociedades mudaram! Ganhou-se em instrução, em formação, em espírito crítico e em cidadania. Os ganhos materiais foram inegavelmente importantes para a população europeia em geral e portuguesa em particular. A educação, apesar de não ter sido, pelo menos até há pouco, um factor estrategicamente considerado, deu sinais de melhoria, ainda que somente após os anos 60. O país abriu-se. O turismo e a emigração, a qual foi um sinal de desequilíbrio, foram factores de maior abertura.

Em contrapartida, o sistema fordista deu sinais de fracasso. A ideia de que as teses anteriores não conseguiam resolver o problema da qualidade de vida de todas as populações e em todos os territórios desencadeou respostas e a procura de modelos diferentes de percepção dos territórios e de intervenção neles (Stöhr, 1974; Friedmann & Weaver, 1979; Schumacher, 1985). Modelos mais participados, mais contextualizados, mais adaptados a cada população, com uma face ao mesmo tempo mais humana. Modelos em que não há uma linha comum a ser trilhada por todos, num “seguidismo” redutor, mas sim diferentes alternativas de progresso. Este torna-se também mais abrangente, deixando de vislumbrar apenas o crescimento económico para se tornar um conceito mais qualitativo, que tem de ser entendido em cada lugar, de modo muito

próprio. Os lugares, em meio a essas mudanças, deixam de ser hierarquizados segundo os epítetos “centros” e “periferias”; passa-se a acentuar o uso do termo “território”, cuja inserção no contexto global deverá ser lida (e ainda mais no caso dos espaços rurais portugueses, pela sua especificidade e ao mesmo tempo diversidade) por uma geometria variável (Jacinto, 1995). Assim, cada território terá o seu modo de inserção no sistema, um modo individualizado, contextualizado. São os modelos territorialistas, que, de um modo geral, realçam os valores intrínsecos de cada território.

Cada território deve ser lido além do contexto da sua inserção vertical no sistema produtivo internacional. Há aqui um salto qualitativo que vem abrir as perspectivas para uma inserção vertical e horizontal, numa rede de cooperação e solidariedade. É certo que a globalização, que se aprofundou nas últimas décadas, é apontada como um factor de racionalidade e de difusão de um modelo neoliberal. Ainda assim, factores como as novas tecnologias de informação vêm também abrir as possibilidades de reafirmação da cidadania participativa e da identidade própria de cada local. O desenvolvimento local surge assim como o processo de ligação do global ao local. Uma ligação interdependente e pró-activa, em sociedades mais terceirizadas e mais conscientes das suas responsabilidades, dos seus direitos e deveres.

Assim, os últimos anos testemunham a crescente revalorização do mundo rural (onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade) e dos valores da ruralidade (também estes em mudança) para o equilíbrio e coesão do sistema mundial. Na Europa (Ocidental), descortinam-se em cada território as suas potencialidades específicas e procuram-se alicerçar as novas filosofias do desenvolvimento territorial dos espaços rurais em conceitos como a multifuncionalidade, a sustentabilidade e a subsidiaridade (Carvalho, 2001).

Essa revalorização do rural reconhece o papel central da actividade agrícola em todos os seus componentes – biológico, ambiental etc. –, e não apenas na sua versão produtivista. Ao agricultor fica então reservado o estatuto de um importante actor na tarefa da preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos do mundo rural. Com efeito, a agricultura assume-se mesmo como o cerne da multifuncionalidade que se pretende para os espaços rurais europeus. Sem ela se inviabilizarão outras funcionalidades, como, por exemplo, o turismo em espaço rural. Nessa lógica, a paisagem rural, que, em consequência da sua

inclusão no sistema produtivista, tornou-se mais monótona (Dewailly, 1998), (re)coloca-se no centro das preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, revelando-se cada vez mais como um factor de qualidade de vida a preservar (Beaudet, 1999). O envolvimento das populações com a paisagem baseia-se tanto nos elementos materiais, quanto nos símbolos imateriais dessa mesma paisagem (Carvalho & Fernandes, 2001).

É assim que se deve apostar na valorização quer das culturas materiais próprias de cada lugar, quer das suas culturas simbólicas, importantes para a afirmação do autoconceito das populações locais (Reis, 1998). Num contexto competitivo aberto, a afirmação de um território ou lugar faz-se também através da construção e divulgação de uma imagem de distinção e de qualidade, em muito centrada nas identidades e nos recursos simbólicos de cada lugar (Janiskee & Drews, 1998), não sendo aqui relevante a questão da escala geográfica.

A salvaguarda e a valorização do património é condição necessária para uma paisagem mais equilibrada e atractiva, qualidades que reforçam sua identidade. Preservar o património pode constituir um recurso importante para a afirmação do território e para o reforço da auto-estima das populações, enfim, para o desenvolvimento local. Um território com qualidade e com identidade, portanto, com relevância geográfica, é potencialmente atractivo, ao passo que um território uniforme e vago cria psicologias de fuga (Carvalho & Fernandes, no prelo). Na perspectiva da qualificação dos territórios e elevação da auto-estima das populações, o Programa das Aldeias Históricas de Portugal, enquadrado no Plano de Desenvolvimento Regional (QCA II) e centrado num conjunto simbólico de dez aldeias “rurais” do interior da Região Central de Portugal, é um exemplo recente da utilização do “[...] património para activar meios de vida e capacidades de fixação” (CCRC, citado por Carvalho, 2001, p. 4). O programa inclui as aldeias Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha, abrangendo intervenções materiais diversas (das obras públicas à recuperação de imóveis particulares e monumentos), acções de dinamização cultural e socioeconómica e promoção turística no mercado nacional e internacional.

Cabe, portanto, acentuar, nesse contexto, valores como a paisagem, a estética, o bem-estar e a qualidade de vida (Donadieu, 1999). A geografia, mesmo nos espaços rurais, torna-se mais complexa e cultural.

Património e territórios rurais: quadro conceptual, instrumentos orientadores e iniciativas de desenvolvimento local

Hoje o património é reconhecido como temática de grande actualidade. A rápida delapidação dos recursos naturais, a degradação progressiva das condições gerais de vida e a fruição do planeta de modo a levá-lo ao caos que parece inevitável – “um teatro de catástrofe possível”, para utilizar a expressão de Jeudy (1990, p. 2) – explicam o crescente interesse da sociedade (mais instruída e exigente) pelo património, tanto natural como cultural (Calvo, 1998). Contudo, a utilização generalizada do termo “património” é relativamente recente (afirmou-se no decurso das últimas três décadas), tal como a moderna preocupação patrimonial (Lowenthal, 1998) – não obstante as raízes renascentistas italianas que lançaram a semente do culto do património – e a sua profunda renovação (Lamy, 1995).

Até há pouco tempo, a palavra património, oriunda do *patrimonium* romano, era conotada com significações bastante distintas dos elementos da cultura e da natureza que hoje valorizamos. Tradicionalmente referia-se ao legado tangível deixado pela geração anterior: a propriedade (herança material) privada transmitida de pais para filhos. Mais tarde, o conceito veio a aplicar-se também ao intangível: ao conhecimento e a todo o acervo histórico e cultural de uma colectividade (Miranda, 1998). Na expressão de Amirou (2000), o património imaterial (a cultura popular e tradicional faz parte desse património vivo) foi reconhecido como tal desde o alvor dos anos 90. A universalidade do património é também uma conquista relativamente recente (de meados da centúria anterior), no quadro da constituição da Unesco (Audrerie et al., 1998). Não devemos esquecer que a conservação do património esteve inicialmente confinada, no essencial, ao âmbito nacional (Leimgruber, no prelo).

Actualmente insiste-se na necessidade de rever o conceito de património, abandonando a ideia de “tesouro” e adoptando uma visão integral que interrelacione os diferentes testemunhos da acção do homem e da natureza (Garrigós, 1998); de igual modo enfatiza-se o contexto original (*in situ*) e simbólico do património (Amirou, 2000). De acordo com o Conselho da Europa, “el Patrimonio es todo testimonio, de cualquier naturaleza, capaz de iluminar el pasado de la humanidad” (Garrigós, 1998, p. 37). Por isso, a sociedade procura a sua

identidade, exercendo um direito fundamental dos povos, o qual só pode ser satisfeito graças aos especialistas capazes de interpretar a informação e ajudar os povos a encontrar o seu património. Essa perspectiva entronca “[...] na problemática mais geral da discussão sobre a viabilidade do nosso planeta enquanto pátria comum de uma Humanidade cada vez mais considerada no seu sentido global” (Carvalho & Fernandes, 2002, p. 279).

Ao mesmo tempo, a literatura dos últimos anos enfatizou a arte de aproximar do público visitante o património natural e cultural, além de acentuar a pertinência da “interpretação do património”

[...] enquanto estratégia de comunicação [educação informal] destinada ao público geral visitante (indivíduos ou grupos que visitam algum sítio com valor patrimonial durante o seu tempo de ócio) [e] que revela o significado do lugar com o fim de que o apreciem e adotem uma actualidade favorável à sua conservação. (Aldrige, citado por Miranda, 1998, p. 19)

Aqui se entende por sítio qualquer área natural protegida, sítios e conjuntos históricos, parques arqueológicos, museus de sítio, museus temáticos, ecomuseus, itinerários temáticos, miradouros de paisagem e áreas recreativas.

Ao lado da conservação do património, valoriza-se o seu desenvolvimento, nas diferentes acepções que marcam as últimas duas décadas: ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano. Convém sublinhar que o próprio conceito de espaço protegido está em evolução: os fenómenos históricos e culturais são incluídos, com o mesmo nível de importância, no rol dos aspectos naturais, e os espaços protegidos já não são mais vistos como ilhas de carácter virgem (tendência originária dos parques naturais dos EUA), mas como instrumentos de estudo, diagnóstico, aplicação de metodologias e utilização de recursos dentro de um esquema de desenvolvimento inteligente. Hoje em dia é imprescindível incluir nesses espaços a variável humana – habitantes e utilizadores – e aplicar as melhores estratégias para comunicar com ela. Por isso, também o conceito de “ambiental” mudou recentemente para “do património”, termo mais amplo e globalizador (Aldrige, citado por Miranda, 1998).

Em suma, ampliaram-se os limites que definem o património. O conceito actual de património percorre o amplo espectro da natureza material e da di-

mensão imaterial da cultura. A natureza material inclui o património natural ou físico e construído – já não apenas os edifícios e construções isoladas: pontes, moinhos de vento ou hidráulicos, muros de pedra solta, fontanários, cruzeiros, ermidas e capelas, alminhas, mas igualmente os conjuntos de edifícios dos velhos centros urbanos, os grupos de construções rurais e os novos desafios inerentes ao património industrial, além do património do espectáculo, da arquitectura vernacular de qualidade dos séculos XIX-XX e dos jardins. A dimensão imaterial da cultura, por sua vez, abrange língua e costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades gastronómicas, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e o antigo saber-fazer.

Abrem-se, então, novos campos da memória. O fim último é oferecer às gerações vindouras uma herança de qualidade – leia-se territórios qualificados. Essa diversidade é também territorial: cada “região” possui o seu carácter próprio, uma “alma” que faz muitas vezes o orgulho dos habitantes e atrai o visitante exterior (Dower, 1998). O entendimento (ou significado) do património, depois do longo período marcado por uma perspectiva reducionista e monumentalista (Ashworth, 1994), ou seja, ancorada no culto dos monumentos excepcionais, abriu-se para englobar igualmente, entre outros, os conjuntos urbanos e as paisagens rurais (Vincent, 1997). No contexto da civilização material, a ligação entre o imaginário e o material é uma das dimensões essenciais do património (Roncayolo, 1997). Por isso (também) a leitura geográfica tende a enfatizar o conjunto arquitectónico, o enquadramento paisagístico em detrimento do monumento ou da obra isolada.

Segundo Dewailly (1998), é inquestionável que o património rural é hoje objecto de grande atenção, mais pelo seu valor sociocultural do que pela sua importância económica. O património rural vai muito para além do mero património agrícola. É o resultado de uma união mais ou menos harmoniosa entre património natural e património cultural, de uma longa interacção homemeio. Com efeito, hoje aceitamos uma visão multidimensional do património rural, uma visão que envolve diferentes manifestações: arquitectura, festividades, modos de fazer, artes tradicionais, idiomas locais, lendas (Dewailly, 1998). O problema do património e das tradições arrasta consigo a questão da raridade, da autenticidade e da identidade, e, enfim, o primado dos critérios de conservação. Estes são cada vez mais procurados para a afirmação das identidades locais.

Chiva (1997), a respeito do património cultural rural, refere a diversidade das paisagens e dos parcelados rurais, a sensibilidade crescente do grande público e, também, da classe política para as questões do rural e da natureza, bem como a propensão ao seu estudo interdisciplinar. Na expressão do autor, a noção de património aplicada à cultura rural envolve três características: a (referida) diversidade; a heterogeneidade dos seus elementos constitutivos, que compreendem os modos de existência material e de organização social, os saberes técnicos e simbólicos, o imaginário social e as formas de comunicar; a urgência da intervenção diante da amplitude do processo incessante de desaparecimentos e criações dos bens culturais.

A urbanização, a diminuição da população agrícola, as mutações técnicas e económicas que afectaram a agricultura, a decomposição e a perda de diversidade das paisagens agrárias, devido ao avanço da agricultura produtivista – sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e com o desenvolvimento do turismo de massas na Europa –, sem esquecer a preocupação/motivação ambiental lançada nos anos 70, têm sido os principais argumentos para que a protecção e a conservação do património rural se imponham como imperativos urgentes.

Com efeito, a conservação do património rural tem origem na Europa, sobretudo nas áreas onde o modo de vida rural foi mais afectado pelo êxodo rural e pela Revolução Industrial. Dewailly (1998) refere os *folk museums* na Escandinávia, sobretudo a criação do Museu Nórdico, em Estocolmo, por Hazelius, em 1873, e do primeiro museu mundial ao ar livre, em Skansen, aberto em 1891, reconstituindo aldeias características e mostrando actividades tradicionais da população que evoluíram rapidamente para novos padrões da sociedade tecnológica moderna. De igual modo, devemos considerar o parque natural europeu (com origem na Alemanha, por volta de 1920) segundo o objectivo de preservar certos aspectos de algumas regiões rurais onde se mantinha uma relação harmoniosa das acções humanas. Este surgiu com a pretensão de proteger pontualmente alguns aspectos significativos da fauna e da flora e de manter actividades tradicionais da população que estavam na origem da paisagem criada (Pessoa, 2001). Anos mais tarde ele influenciou a criação dos parques naturais regionais franceses, por meio dos quais Georges-Henri Rivière lançou em definitivo a concepção e a prática ecomuseológica.

Tudo isso explica que o património é hoje reconhecido como um dos recursos essenciais para a afirmação dos valores culturais e ambientais no quadro renovado das teorias do desenvolvimento territorial. Trata-se de uma temática estratégica para a sustentabilidade e o desenvolvimento dos territórios e das populações (Carvalho & Fernandes, 2002; Carvalho, 2002), como se traduz em convenções, recomendações, resoluções e em diversos instrumentos e doutrinas da gestão e ordenamento do território, na amplitude das escalas internacional, europeia e nacional. No âmbito global, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, adoptada pela Conferência Geral da Unesco, Paris, 1972, é a mais importante e emblemática. No quadro europeu, destacam-se a Carta Europeia do Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1984), a Carta Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000) e a Rede Natura 2000 (União Europeia, 1992). Em Portugal, para além dos anteriores, o quadro jurídico envolve os seguintes instrumentos fundamentais: Lei de Bases do Ambiente (1987), Rede Nacional de Áreas Protegidas (1993), Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (1998), Lei 380/1999, dos Sistemas e Instrumentos de Gestão Territorial, Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (1999), Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (2001) e a Lei 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural português.

Nos últimos anos assistimos a tentativas de activação do património cultural, nos contextos rural e urbano, neste último, essencialmente, com macrointervensões no âmbito do património construído. Estamos diante da génese de estratégias de desenvolvimento cada vez mais ligadas ao turismo (cultural e de natureza), na tentativa de preservar e activar memórias, aprofundar identidades e fortalecer os territórios na óptica da sua inserção na nova ordem global. O turismo, visto como gerador de efeitos terapêuticos, mas também como ilusória panaceia económica, deve ser enquadrado na nova ideologia de desenvolvimento de gosto humano. Isso significa integrar o património numa prática conciliatória entre consumo turístico e melhoria das condições de vida da população local (residente).

Pérez (2001) investigou a patrimonialização e transformação das identidades culturais, com base em microintervensões patrimoniais centradas

em quatro casos de estudo do noroeste ibérico. Segundo o investigador, as acções de reconhecimento, conservação, valorização e consumo turístico do património cultural, em quadros rurais de baixa densidade, de reduzida pressão na paisagem rural e de menor conflitualidade entre os actores, conduziram a que os diferentes elementos patrimoniais, antes símbolo do atraso, passassem a representar na actualidade o progresso e o futuro, graças a uma mudança de função, significado e valor social desses bens patrimoniais. Do mesmo modo se desenvolve um fenómeno indissociável de consumos marcadamente urbanos, o fenómeno da residência secundária no espaço rural, embora com impactos sociais, ambientais e patrimoniais diferenciados (Cravidão, 1989; Gallent & Tewdwr-Jones, 2000).

O papel que o património cultural teve no recente processo de desenvolvimento rural europeu foi de grande importância na Europa – recordamos a nova ênfase das políticas de desenvolvimento rural: de um modelo essencialmente produtivista, lançado no alvor dos anos 60, idealizado no período de nascimento da EU, para um modelo pós-produtivista, desenvolvido sobretudo com a aplicação do PIC Leader II (1994-1999), que outorgava ao mundo rural e aos seus habitantes um papel mais ambientalista, ecológico e participativo. (Fernandéz de Larrinoa, citado por Pérez, 2001, p. 7)

É precisamente o LEADER II, lançado nessa atmosfera de mudança, que agora trazemos à luz da reflexão, através do exemplo da sua aplicação prática no contexto geográfico da montanha do Centro de Portugal. Trata-se de uma iniciativa com aplicação nas seguintes regiões: Zonas de Objectivo 1 (com atrasos de desenvolvimento), Zonas de Objectivo 5b (rurais frágeis) e Zonas de Objectivo 6 (regiões nórdicas, de muito baixa densidade populacional). O LEADER II tem como “objectivo principal a promoção do desenvolvimento local dos meios rurais, com base na valorização e diversificação do seu potencial de recursos e iniciativa” (Barros, citado por Carvalho & Fernandes, no prelo). Apresenta uma abordagem inovadora para o desenvolvimento rural, nomeadamente para a programação e gestão do território abrangido (“zonas de intervenção” de nível sub-regional). Essa iniciativa conta com a parceria de diversos agentes de desenvolvimento local, reunidos em um grupo de acção local (GAL), embora com enquadramento regulamentar e co-financiamento público (comunitário e nacional).

Em Portugal o LEADER II enquadrou um conjunto de 48 entidades locais (em teoria 84% do território e um terço da população) que gerem subvenções globais, à base de um plano denominado Plano de Acção Local, concebido por essas mesmas entidades. O plano surgiu da interpretação que elas tinham de um conjunto de directivas comunitárias e de orientações nacionais, o Plano Nacional de Enquadramento, e de uma leitura, também própria dessas entidades, de determinadas dimensões-problema das respectivas zonas de intervenção (Geoideia/Iese, 1999, p. 116). A elaboração do Plano de Acção Local teve a participação da sociedade civil, através de um inquérito lançado à comunidade residente na sua “zona de intervenção”. Este revelou-se um instrumento de análise do território, mostrando-se, sobretudo, importante para a definição da nova estratégia territorial.

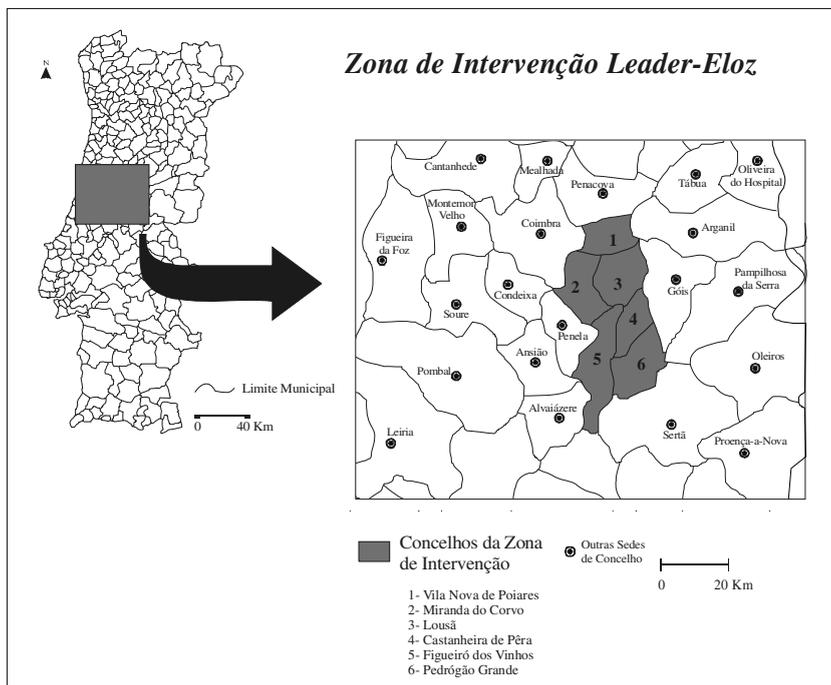


Figura 1 – “Zona de Intervenção” LEADER-ELOZ
 Fonte: Carvalho & Fernandes (2001, p. 252)

A “zona de intervenção” LEADER-ELOZ (entre Lousã e Zêzere), com os municípios de Miranda do Corvo, Lousã, Vila Nova de Poiares, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande (Figura 1), corresponde, no essencial, ao quadro geográfico da Serra da Lousã (extremidade ocidental da Cordilheira Central Portuguesa). Essa “sub-região”, com uma população residente de quase cinquenta mil habitantes (0,49% da população total do país) e com uma área superior a 700 km² (0,78% da área total de Portugal), promoveu como imagem de marca a sua coloração dominante e bipartida entre o verde e o azul, símbolo cromático dos seus principais recursos e potencialidades: a serra e os rios/ribeiras.

O estudo de caso realizado por Pérez (2001) é marcado por fortes desequilíbrios e assimetrias territoriais e por diferentes trajetórias de desenvolvimento:

1. Flagrâncias urbanas, como acontece especialmente com as vilas-sede dos concelhos mais dinâmicos da bordadura setentrional da Serra da Lousã. Essas vilas foram marcadas na última década por elevadas taxas de crescimento demográfico e construção real (alojamentos e edifícios), na génese de novos processos de urbanização influenciados de forma mais ou menos significativa pela capital regional, a cidade de Coimbra.

2. Tonalidades de crise e abandono rural as mais expressivas no sector meridional da serra, onde, regra geral, a periferização e mesmo a marginalização dos territórios e das populações assumem traços preocupantes: intensos processos de despovoamento, envelhecimento demográfico e declínio do suporte geo económico tradicional indissociável da agricultura, pastorícia e actividades de exploração florestal, quase sempre de matriz familiar e objectivos de mera subsistência.

A aplicação local do LEADER II é um marco no novo quadro de desenvolvimento da Serra da Lousã, não apenas por constituir a primeira experiência de diálogo e acção participada nos municípios serranos, por via da cooperação activa entre duas associações de desenvolvimento local sem fins lucrativos, a Dueceira e a Pinhais do Zêzere, mas também pelos efeitos reais produzidos e pelos ensinamentos obtidos. Nesse contexto interessa-nos particularmente a temática patrimonial. Vale dizer que, na elaboração do Plano de Acção Local da “zona de intervenção” LEADER-ELOZ, esteve subjacente a

preservação da cultura e do património do mundo rural, tanto nos seus aspectos característicos tradicionais como no seu processo evolutivo e de inovação.

A leitura geográfica do LEADER-ELOZ (Carvalho & Fernandes, 2001; Carvalho, 2002), centrada nas variáveis principais – áreas de intervenção e tipo de promotor –, permite destriçar dois conjuntos essenciais dentre os 123 projectos aprovados, cerca de 70% do total apresentado: projectos de natureza imaterial (15% dos projectos aprovados e 12% do investimento) e projectos de carácter material. O primeiro grupo desenvolve as seguintes ações:

- promoção e divulgação da região e da sua imagem de marca tendo em vista dinamizar as potencialidades e actividades turísticas e culturais, como a gastronomia, o artesanato e o património paisagístico;
- mostra de produtos endógenos, nos concelhos da “zona de intervenção” e em outras localidades do país, concretizada em eventos como feiras temáticas e exposições e ainda sob a forma de material promocional, desde os suportes analógicos aos digitais, promovidos pelas autarquias e entidade local. Nesse particular merecem destaque o projecto de concepção de um site para internet (roteiro turístico electrónico) e a criação de uma brochura em formato de diário de viagem, intitulada *Entre a serra e o rio... os trilhos ELOZ*, que integra um mapa de ordenamento turístico do território;
- sensibilização e educação da população.

O segundo grupo, projectos de carácter imaterial, regra geral, absorve as maiores parcelas de investimentos e se divide em dois subgrupos: 1) ações que visam a preservação do ambiente e da qualidade de vida, bem como a qualificação dos territórios; 2) ações de apoio à diversificação das actividades económicas. O primeiro subgrupo, com 15% dos projectos aprovados e 12% do investimento, inclui as seguintes actividades:

- preservação das paisagens e do ambiente natural, como as praias fluviais;
- intervenções urbanísticas diversas, como a criação de parques e jardins, a iluminação de edifícios no centro histórico e a recuperação e reabilitação de património construído;
- melhoria de equipamentos culturais e desportivos arrebanhados pelas autarquias e pelas associações sociais e culturais.

Por sua vez, o subgrupo de apoio à diversificação das actividades económicas, com 54% dos projectos aprovados e 45% do investimento total, desen-

volve acções no amplo espectro do turismo em espaço rural, nomeadamente o agroturismo, e da modernização de pequenas e médias empresas, artesanato e serviços de proximidade, a que a iniciativa privada de natureza individual respondeu de forma bastante positiva. No contexto da valorização e comercialização das produções agrícolas e silvícolas locais, foram aprovados e executados projectos que contemplaram recursos locais de significativa importância para a “zona de intervenção”, como o mel da Serra da Lousã (produto DOP – denominação de origem protegida), o azeite, o azevinho, o queijo de cabra, os produtos de horticultura e floricultura, o vinho de Lamas e a doçaria regional de inspiração conventual, situada em Figueiró dos Vinhos.

Uma avaliação limitada ao indicador “número de postos de trabalho mantidos e/ou criados” (70), ou inclusivamente centrada no montante total de investimento aprovado (cerca de 3.5 milhões de euros, comparticipados em 64% pela União Europeia), não deixaria de ser redutora da importância do programa. No caso em análise, o alcance de certos projectos ultrapassou bastante a insignificante expressão económica dos investimentos realizados. A título de exemplo, assinalamos os projectos mais expressivos:

- participação dos artesãos mirandenses na feira de artesanato de Neufchateau, vila francesa geminada com Miranda do Corvo. Essa actuação foi essencial no processo de conquista de novos mercados, promovendo a internacionalização da economia local, alicerçada no artesanato – essencialmente olaria e tapeçaria;
- renovação da imagem do mel da Serra da Lousã, através da aquisição, pela cooperativa de apicultores, a Lousãmel, de equipamento essencial ao envasilhamento, como embalagens de menor dimensão, para promoção e comercialização do produto nas unidades de hotelaria e restauração;
- apoio para o equipamento do Centro de Formação de Serpins do Corpo Nacional de Escutas e para o seu parque de campismo rural. Esse centro recebe anualmente milhares de jovens que desenvolvem actividades cívicas e ambientais na Serra da Lousã, exercendo, assim, a importante tarefa de divulgação das imagens de marca da região.

Com respeito à intervenção municipal no espaço serrano lousanense, no âmbito da paisagem e do património construído, há vários exemplos significativos. Um deles é o projecto conducente aos arranjos interiores e ao equipamento

da antiga Casa do Cantoneiro da Fonte Fria, que consiste na recuperação de um edifício estrategicamente localizado na serra, tendo em vista aproveitá-lo como estrutura multifuncional de apoio à protecção do ambiente e como casa-abrigo. Outro exemplo é a recuperação de uma casa serrana na aldeia do Candal (Figura 2), como parte do projecto “Ecomuseu da Serra da Lousã”. O objectivo é utilizar a casa como espaço de dinamização da localidade, em termos sociais e culturais. Também a antiga escola primária de Vale de Nogueira foi transformada em centro de convívio com fins sociais, recreativos e culturais, uma iniciativa da comissão de melhoramentos da aldeia. Destaca-se ainda a beneficiação das áreas pedonais (caminhos interiores da aldeia) do Talasnal. A recuperação de antigos moinhos hidráulicos ao longo da Ribeira de Alge, concretamente nas Fragas de São Simão (Figueiró dos Vinhos), como ponto de partida para a criação de um percurso pedestre, e a instalação de um pequeno núcleo museológico subordinado à temática “da azeitona ao azeite” e situado em Castanheira de Pêra, no cenário “natural” majestoso do Poço do Corga, representam outros exemplos de projectos apoiados pelo LEADER na área do património.



Figura 2 – Aldeia do Candal (Serra da Lousã, Cordilheira Central Portuguesa)

Isso leva-nos a pensar a importância pedagógica e social de outros imóveis dispersos pela serra, susceptíveis de recuperação e/ou reconversão funcional, com o objectivo de alojamento turístico e de apoio logístico a actividades de cariz social, de investigação (investigadores e artistas que pretendam permanecer em curtas jornadas na serra) e lazer. É o caso de antigos edifícios da Junta Autónoma das Estradas, como as pequenas construções outrora destinadas ao depósito de ferramentas, e principalmente das antigas casas da Guarda Florestal, edificadas no âmbito da política portuguesa de florestação estatal dos baldios serranos, que marcou largas décadas da centúria anterior. Algumas dessas casas foram objecto de importantes intervenções para conservação e valorização no decurso da última década, por parte da entidade tutelar Direcção Geral das Florestas. Cabe, entretanto, ressaltar que essas ações deveriam estar integradas num plano estratégico de base científica, preferencialmente em escala intermunicipal, e ser amplamente partilhadas pelos actores locais.

A Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior Norte, do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006), no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III, integra objectivos e define acções nesse domínio. Representa, por isso, uma oportunidade única para a prossecução do objectivo estratégico de aprofundar a investigação sobre o património serrano, valorizá-lo, qualificar os territórios e melhorar a qualidade de vida dos residentes. Contudo, reconhecemos algumas fragilidades estruturais e funcionais inerentes a realizações dessa natureza. Esses entraves se prendem, no essencial, às dificuldades em utilizar os edifícios que são alvo de intervenção e em integrá-los a redes de dinamização, o que coloca em causa a sustentabilidade das intervenções e a aplicação dos fundos que as suportam. Recuperar sem perspectiva de (re)utilização efectiva significa construir edifícios pelo telhado – e não esqueçamos que estamos perante espaços ainda muito marcados pelos efeitos perversos da solidão e do isolamento geográfico.

Outra dimensão hoje reconhecida como estratégica é aquela que envolve o artesanato. Nesse contexto, destaca-se o projecto “Artesanato em Rede”, idealizado pela Dueceira e desenvolvido em parceria com outras duas associações de desenvolvimento credenciadas no LEADER II: Adices, Portugal, e Montañas del Teleno, Espanha, com municípios do sudoeste da província de Leon. O projecto mereceu o reconhecimento e o apoio financeiro da Comissão Europeia e do Observatório Europeu/AEIDL. A *home page* criada na internet, para além de se constituir em um veículo promocional fundamental ao relançamento dessa actividade

económica, permitiu estabelecer elos com outras entidades congéneres e concretizar um verdadeiro processo de parceria e transferência de *know-how*. Também o impacto sobre os artesãos foi importante: cerca de 72 artesãos da região LEADER-ELOZ aderiram à iniciativa e beneficiaram directamente o projecto nas suas diferentes vertentes – electrónica e promocional. Simultaneamente, foi possível efectuar um sistema de dados actualizado e fidedigno sobre o artesanato e os artesãos de toda a região, situação que permitiu a análise e avaliação desse sector de actividade (Dueceira, 2001).

A ponte para a nova fase do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, que em Portugal começa a dar os primeiros passos no que concerne ao processo de aprovação nacional das candidaturas apresentadas pelos GALs, e o lançamento da iniciativa, com a abertura das primeiras fases de aceitação de candidaturas dos actores locais, merecem, a finalizar, uma breve nota.

O modelo e a estratégia de desenvolvimento concebidos para o Programa LEADER+ELOZ envolvem dois grandes desafios para a região: a(s) originalidade(s) do território como factor de afirmação e fortalecimento da auto-estima das comunidades locais, bem como de sua fixação e valorização; a promoção da originalidade do território, de modo a valorizar, qualificar e reinventar a imagem e a unidade serrana. A estratégia geral do Plano de Acção Local (construção de uma imagem positiva, renovada e atractiva do mundo rural) em resposta ao objectivo específico do LEADER+ (melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais) envolve a ideia de competitividade territorial. As abordagens ao território são, portanto, expressas em termos de competitividade. Esta se revela no âmbito social, promovendo a “agitação” sociocultural; na esfera ambiental, com acções de compreensão e valorização do meio ambiente; económica, visando afirmar e qualificar as economias locais; e global, tendo em vista adaptar mentalidades e processos locais às transformações globais.

No que concerne aos objectivos operacionais do LEADER + no âmbito do património, destacamos: revitalizar a imagem e consolidar a identidade da região LEADER-ELOZ; potenciar o produto turístico local – o verde/azul, a serra e o rio; reutilizar/preservar o património histórico construído; reavivar os bens culturais imateriais; criar métodos de travagem à construção desenfreada e incaracterística nas vilas-sede de concelho; valorizar esses núcleos conferindo-lhes qualidade em todos os aspectos; proteger e valorizar o património natural e ambiental, definindo acções integradas de preservação e conservação da Serra da Lousã como património

natural protegido (Rede Natura 2000); assegurar a presença do território nos espaços abertos pela globalização; promover produtos, estabelecendo rótulos colectivos que tragam novas mensagens e imagens (marketing territorial) (Dueceira, 2001).

Conclusão

O desenvolvimento é hoje expresso nos termos “participado”, “individualizado”, “contextualizado”, “de inserção vertical e horizontal, numa rede de cooperação e solidariedade”. Essas características completam e complementam as políticas macroestruturais de desenvolvimento, sendo ele actualmente centrado na individualidade e especificidade, ou seja, nas particularidades exclusivas dos territórios. Todas essas condições são basilares para a afirmação e integração do território no sistema global.

O desenvolvimento faz-se pela qualidade de vida das populações, e esta depende da qualidade e sustentabilidade do espaço geográfico. A relação entre qualidade de vida e qualidade de espaço fica evidente não apenas pelas suas consequências directas na vivência do cidadão, mas pelo bem-estar que uma paisagem em equilíbrio implica (Fernandes, citado por Carvalho, 2002, p. 345). A aposta numa política territorial de qualidade pode valer pelos ganhos directos na vida quotidiana do cidadão, mas, se bem orientada, reverterá sobretudo para a auto-estima das populações – na medida em que sentirão seus territórios como geograficamente relevantes.

O património é estruturante da memória, imagem e identidade dos territórios, constituindo um recurso importante para a afirmação deles e para a auto-estima das populações, enfim, para o desenvolvimento local.

A diversidade e a riqueza patrimonial dos territórios rurais justificam o investimento na sua preservação e valorização. Basta lembrar o papel deles como reservas qualificadas para funções de aprendizagem, fruição e tempo de lazer, além daquelas actividades tradicionais que hoje, renovadas, são ainda viáveis e sobretudo desejáveis.

Nesse contexto de valorização do território, enquadra-se o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, cujo carácter inovador – nomeadamente em matéria de parceria, abordagem integradora do território, dinamização de projectos e promoção territorial – é um estímulo para a redescoberta e reinvenção do rural ou das novas formas de viver a ruralidade, com dignidade e qualidade de vida.

HERITAGE AND THE (RE)DISCOVERY OF RURAL TERRITORIES

Abstract

The theme of rural development has increasingly gained in visibility over the last decade, both in relation to conceiving a new frame of reference, and from the perspective of the effective and innovative participation of the actors. Rural areas in the western world, with their fragilities and particular diffuse features are no longer experienced and regarded solely from the perspective of their productive potential. Thus, in a different context, they may become more complex, increasing their functional diversity and sustainability. At the same time, the growing importance of the image and identity of the rural territories, and the strategic value of how they are planned and managed are exposed. Heritage is today recognized as structural element of memory, image and territorial identity, and one of the essential resources for affirming cultural and environmental values against a renewed backdrop of new theories on territorial development (specially in the spirit of territorialist theories, those that best respond to the greatest needs of society and participative citizenry. This is a strategic topic for sustainability and the development of territories and populations. The LEADER Community Initiative Programme fits within the context of this framework of change, portrayed in this paper by means of the example of the mountain of Central Portugal.

Key Words: Heritage/ Rural development/ Local initiatives.

REFERÊNCIAS

- AMIROU, R. *Imaginaire du tourisme culturel*. Paris: PUF, 2000.
- ASHWORTH, G. J. From history to heritage: from heritage to identity – in search of concepts and models. In: ASHWORTH, G. J.; LARKHAM, P. J. (Ed.). *Building a new heritage: tourism, culture and identity in the new Europe*. London: Routledge, 1994. p 13-30.
- AUDRERIE, D. et al. *Le patrimoine mondial*. Paris: PUF, 1998.
- BEAUDET, G. Paysage et investissement de valeur. In: GONIDEC-POULLAOUEC, Ph. et al. (Dir.). *Le paysage: territoire d'intentions*. Paris : L'Harmattan, 1999.

CARVALHO, P. Património, territórios, actores e desenvolvimento rural sustentável. O “Ecomuseu da Serra da Lousã”: desafio ou utopia?. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 1., 2001, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 2001. 23 p. CD-ROM.

CARVALHO, P. Landscape and heritage as strategic resources for the rural development: the example of the Lousã Mountain (Central Portuguese Mountain Range). In: PRE-PROCEEDINGS INTERNATIONAL FARMING SYSTEMS ASSOCIATION EUROPEAN SYMPOSIUM, 5., 2002, Florence. *Farming and rural systems research and extension: local identities and globalisation*. Florence, 2002. p. 336-346.

CARVALHO, P.; FERNANDES, J. L. Iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural português: o exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere). In: CAETANO, L. (Coord.). *Territórios, globalização e trajetórias de desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, 2001. p. 241-271.

CARVALHO, P.; FERNANDES, J. L. Paisagem e apropriação dos territórios – reflexão em torno de dois exemplos comparativos: a Serra da Lousã e o Parque Natural das Serras de Aire e de Candeeiros. In: CAETANO, L. (Coord.). *Territórios, globalização e trajetórias de desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, 2002. p. 275-320.

CARVALHO, P.; FERNANDES, J. L. *New logics of development in the countryside*. Paper presented to IGU Commission on Evolving Issues of Geographical Marginality in the Early 21st Century World, joint meeting in Stockholm, 28.6. 2001. No prelo.

CHIVA, I. Le patrimoine rural. In: NORA, P. (Dir.). *Science et conscience du patrimoine: actes des entretiens du patrimoine*. Éditions du Patrimoine, 1997. p. 226-231.

CRAVIDÃO, F. *Residência secundária e espaço rural – duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra: Ed. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989.

DEWAILLY, J.-M. Images of heritage in rural regions. In: BUTLER, R. et al. (Ed.). *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester: John Wiley & Sons, 1998. p. 123-139.

DONADIEU, P. Campagnes urbaines: de la réalité aux symbols. In: GONIDEC-POULLAOUEC, Ph. et al. (Dir.). *Le paysage: territoire d'intentions*. Paris: L'Harmattan, 1999.

DOWER, M. Um trunfo para o desenvolvimento local: o recurso património. *LEADER Magazine*, Bruxelas: AEIDL, n. 12, 1998.

DUECEIRA. Plano de Desenvolvimento Local da DUECEIRA (Candidatura ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+). In: *PLANO de Desenvolvimento de Novas Ruralidades* (Parte C). Lousã: Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, 2001. Policopiado.

FIRMINO, A. Agriculture and landscape in Portugal. *Landscape and Urban Planning*, Amsterdam: Elsevier, n. 46, 1999.

FRIEDMANN, J; WEAVER, C. *Territory and function: the evolution of regional planning*. London: Arnold Publ, 1979.

GALLEN, N.; TEWDWR-JONES, M. *Rural second homes in Europe: examining housing supply and planning control*. Aldershot: Ashgate, 2000.

GARRIGÓS, R. C. *La gestión y el gestor del patrimonio cultural*. Murcia: KR, 1998.

GEOIDEIA/IESE. *Estudo de avaliação intercalar do PIC LEADER II*. Relatório Final. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1999.

JACINTO, R. O mundo rural e o seu desenvolvimento. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, n. 14, p. 143-145, 1995.

JANISKEE, R.; DREWS, P. Rural festivals and community reimaging. In: BUTLER, R. et al. (Ed.). *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester: John Wiley & Sons, 1998. p. 157-175.

JEUDY, H. P. Introduction. In: JEUDY, H. P. (Dir.). *Patrimoines en Folie*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1990. p. 1-12.

LAMY, Y. Le creuset du patrimoine collectif. In: LAMY, Y. (Dir.). *L'alchimie du patrimoine: discours et politiques*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1995.

LEIMGRUBER, W. *Heritage conservation awards: stimuli to life for remote settlements?* Paper presented to UGI Commission on the Dynamics of Marginal and Critical Regions, joint meeting in Taegu, 8-13 August 2000. No prelo.

LOWENTHAL, D. *The heritage crusade and the spoils of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MIRANDA, J. M. *Guía práctico para la interpretación del patrimonio: el arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante*. Sevilha: E. P. G. Junta de Andalucía, 1998.

PÉREZ, X. P. Patrimonialización y transformación de las identidades culturales. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 1., 2001, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 2001. 12 p.

PERROUX, F. Economic space: theory and applications. *Quarterly Journal of Economics*, n. 64, 1950.

PESSOA, F. *Reflexões sobre ecomuseologia*. Porto: Afrontamento, 2001.

REIS, J. Interior, desenvolvimento e território. In: PERSPECTIVAS de desenvolvimento do interior: debates presidência da República Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

RONCAYOLO, M. La géographie humaine. In: NORA, P. (Dir.). *Science et conscience du patrimoine: actes des entretiens du patrimoine*. Éditions du Patrimoine, 1997. p. 19-24.

SCHUMACHER, E. *Small is beautiful: um estudo de economia em que as pessoas também contam*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

STÖHR, W. *Regional development-experiences and projects in Latin America*. The Hague, 1974.

VINCENT, J.-M. Instruments et enjeux de la connaissance du patrimoine urbain. In: NORA, P. (Dir.). *Science et conscience du patrimoine: actes des entretiens du patrimoine*. Éditions du Patrimoine, 1997. p. 16-230.

Recebido em : 10/10/2003

Aceito em: 8/1/2004